

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 248, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Brotas de Macaúbas	Estiagem - 1.4.1.1.0	94	12/09/14	59050.001348/2014-85
BA	Caetitê	Estiagem - 1.4.1.1.0	052	16/09/14	59050.001342/2014-16
BA	Pilão Arcado	Estiagem - 1.4.1.1.0	299/2014	04/09/14	59050.001347/2014-31
BA	Poções	Estiagem - 1.4.1.1.0	334	22/09/14	59050.001349/2014-20
BA	Tanquinho	Estiagem - 1.4.1.1.0	079	03/09/14	59050.001338/2014-40
MA	Sítio Novo	Estiagem - 1.4.1.1.0	029/2014	10/09/14	59050.001352/2014-43
MG	Araçuaí	Estiagem - 1.4.1.1.0	097	11/09/14	59050.001351/2014-07
MG	Bandeira	Estiagem - 1.4.1.1.0	013	16/06/14	59050.000934/2014-11
MG	Bonfinópolis de Minas	Estiagem - 1.4.1.1.0	557	12/09/14	59050.001350/2014-54
MG	Manga	Seca - 1.4.1.2.0	1014	15/09/14	59050.001345/2014-41
MG	Novorizonte	Estiagem - 1.4.1.1.0	601	17/09/14	59050.001343/2014-52
MG	Rubim	Estiagem - 1.4.1.1.0	028/14	10/09/14	59050.001335/2014-14
MG	Salinas	Estiagem - 1.4.1.1.0	6583	15/09/14	59050.001339/2014-94
MG	São João da Lagoa	Seca - 1.4.1.2.0	029/2014	19/09/14	59050.001344/2014-05
PE	Triunfo	Estiagem - 1.4.1.1.0	31/2014	29/08/14	59050.001336/2014-51
PR	Reserva	Granizos - 1.3.2.1.3	1945	03/09/14	59050.001353/2014-98
PR	Reserva do Iguaçu	Granizos - 1.3.2.1.3	166/2014	03/09/14	59050.001340/2014-19

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 249, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014

Reconhece situação de emergência no município de Anamá - AM.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 282, de 12 de maio de 2014, de Anamá - AM,

Considerando o Decreto Estadual nº 34.836, de 05 de junho de 2014, publicado no Diário Oficial de 05 de junho de 2014, que homologou a situação de emergência no Município de Anamá/AM,

Considerando o ofício de reconsideração do Governo do Estado do Amazonas nº 294/GAB/SUBCOMADEC/2014, de 25 de julho de 2014, acompanhado do Parecer Técnico nº 052/2014, elaborado pelo Subcomando de Ações de Defesa Civil do Estado, e as demais informações constantes no processo nº 59050.000791/2014-39, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de inundações, COBRA-DE: 1.2.1.0.0, a situação de emergência no Município de Anamá - AM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 251, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em municípios do Estado da Bahia.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto nº 15.478, de 22 de setembro de 2014, do Estado da Bahia,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59050.001356/2014-21, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, COBRA-DE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência por procedimento sumário nos municípios listados na tabela.

Nº	Município
1	Água Fria
2	Barra da Estiva
3	Biritinga
4	Boninal
5	Candeal
6	Coronel João Sá
7	Ipirá
8	Iramaia
9	Morro do Chapéu
10	Muquém de São Francisco
11	Ouroândia
12	Planaltino
13	Santa Bárbara
14	São Félix do Coribe

15	Saúde
16	Serra Preta
17	Valente
18	Vitória da Conquista
19	Xique-Xique

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 252, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Ipixuna - AM.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Ipixuna - AM, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para a execução de ações de Restabelecimento, conforme processo nº 59050.000213/2014-01.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6502; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 253, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em municípios do Estado de Santa Catarina.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o ofício nº 516/SDC/2014, de 24 de agosto de 2014, do Governo do Estado de Santa Catarina, que solicita reconsideração de situação de emergência em diversos municípios;

Considerando que as situações de emergência dos municípios foram homologadas pelos Decretos Estadual de nº 2.273, 2.290, 2.294, 2.317, 2.318, os quais certificam que os municípios sofreram com chuvas intensas;

Considerando que os coordenadores regionais da Secretaria de Estado da Defesa Civil realizaram vistoria nos municípios antes da homologação estadual para certificação da real situação emergencial;

Considerando que as homologações do Estado de Santa Catarina são feitas com a observância dos procedimentos e critérios externados na Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2014, do Ministério da Integração Nacional, resolve:

Art. 1º Reconhecer por procedimento sumário a situação de emergência nos municípios constantes listados abaixo:

Nº	Município	Desastre	Decreto	Data
1	Abdon Batista	Enxurradas 1.2.2.0.0	- 62	27/06/14
2	Caçador	Inundações 1.2.1.0.0	- 6048	30/06/14
3	Caibi	Inundações 1.2.1.0.0	- 095/2014	27/06/14
4	Fraiburgo	Chuvas intensas 1.3.2.1.4	- 168	01/07/14
5	Jaborá	Chuvas intensas 1.3.2.1.4	- 1527	26/06/14
6	Laurentino	Inundações 1.2.1.0.0	- 903	29/06/14
7	Macieira	Chuvas intensas 1.3.2.1.4	- 1409	27/06/14
8	Pinheiro Preto	Enxurradas 1.2.2.0.0	- 4031	27/06/14
9	Vargem Bonita	Chuvas intensas 1.3.2.1.4	- 50/2014	30/06/14
10	Xanxerê	Chuvas intensas 1.3.2.1.4	- 159/2014	03/07/14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERALDESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 29 de setembro de 2014

Nº 1.198 - Ato de Concentração nº 08700.004504/2014-27. Requerentes: Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (CBSS), Cielo S.A. e Stelo S.A. Advogados: Caio Mario da Silva Pereira Neto, Paulo Leonardo Casagrande, Filippo Maria Lanciere e Felipe Zolezi Pelussi. Acolho o Parecer Técnico nº 311/2014-Superintendência-Geral, de 29 de setembro de 2014 e, com fulcro no § 1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

Em 30 de setembro de 2014

Nº 1.206 - Ato de Concentração nº 08700.007384/2014-10. Requerentes: DLM Brasil TI - Fundo de Investimento em Participações, Mobi All Tecnologia S.A. e Mobi All Telecom S.A. Advogados: Joyce Midori Honda, Ricardo Lara Gaillard, Rodrigo Zingales Oller do Nascimento e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.207 - Ato de Concentração nº 08700.006668/2014-99. Requerentes: Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig e Gás Natural Internacional, SDG, S.A - GNF. Advogados: Maria Eugênia Novis, Carolina Matos Vieira, Ursula Pereira Pinto e outros. Acolho o Parecer Técnico nº 313/2014/Superintendência-Geral, de 30 de setembro de 2014 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

Nº 1.211- Ato de Concentração nº 08700.007338/2014-10. Requerentes: Crown Holdings, Inc. e Heineken International B.V.. Advogados: Barbara Rosenberg, Sandra Terepins Ramos, Luiz Antonio Galvão e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.212 - Ato de Concentração nº 08700.005601/2014-37. Requerentes: Pfizer Inc. e Orygen Biotecnologia S.A. Advogados: José Ignacio Gonzaga Franceschini e Fernanda Dalla Valle Martino. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.213 - Ato de Concentração nº 08700.005305/2014-36. Requerentes: Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Companhia Brasileira de Soluções e Serviços. Advogados: Caio Mario da Silva Pereira Neto, Paulo Leonardo Casagrande e outros. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

KENYS MENEZES MACHADO
Substituto